

# O pronunciamento do presidente

Brasileiras e brasileiros, boa noite. É com uma grande emoção que eu falo à Nação para dizer que depois de ouvir o Conselho de Segurança Nacional, que é composto por todos os ministros de Estado, o presidente do Supremo Tribunal Federal, os presidentes da Câmara e do Senado, os chefes do Estado-Maior das Forças Armadas; que depois de ouvir o Conselho de Segurança por mim convocado, tomei uma decisão de grave importância para a história do Brasil contemporâneo. Quero anunciar que o País suspende o pagamento dos juros de sua dívida externa.

Devo confessar que não é fácil tomar uma decisão dessa magnitude. Ela é, sobretudo, uma atitude de coragem, uma atitude de quem tem fé no nosso Brasil. Vamos negociar uma fórmula de amortizar os nossos compromissos dentro de parâmetros que não comprometam o desenvolvimento nacional. Uma fórmula que evite a instabilidade política que fatalmente viria seguida de recessão, de desemprego, de crise social. Mas, podemos dizer que esta não é uma atitude de confronto. O Brasil não é país de confronto. O Brasil é a oitava economia do mundo ocidental. Não deseja ser uma economia apática, fora da comunidade internacional. Deseja, sim, uma negociação justa. Queremos uma economia de livre mercado, competitiva, dinâmica, moderna e com direito de crescer.

Fizemos um grande esforço para ativar o nosso comércio exterior, mas não podemos fazê-lo ao custo de uma política recessiva, cujo único objetivo seria o de gerar saldos comerciais, esquecendo os inadiáveis interesses do País. O Brasil não deseja enganar ninguém, mas quer ter melhores condições exequíveis de pagamento. No momento da negociação, na mesa da negociação, nós diremos as condições que não comprometam os objetivos do crescimento nacional.

Por motivo de soberania e segurança nacional, nossas reservas têm que ser preservadas.

Desde o princípio do governo eu estabeleci que esse seria o nosso procedimento e marquei o limite. Agora chegou o momento da decisão. Quero deixar claro que fizemos uma opção consciente longamente amadurecida, uma decisão pensada, uma decisão sem atropelo. O Brasil tem, hoje, reservas suficientes para atender às importações por vários meses. Nossas reservas líquidas e disponíveis, posso assegurar à Nação, são de US\$ 3 bilhões, 962 milhões. Os países não costumam revelar as suas reservas, mas eu o faço, transparentemente nesta noite, justamente para evitar interpretações equivocadas daqueles que não acreditam em nosso País.

A situação é totalmente diferente de 1982. Aí sim, naquela época, houve um constrangimento de fato. Por que? Porque o Brasil não dispunha de recursos para honrar os seus compromissos, não dispo de divisas nem sequer para financiar impor-

tações essenciais. Nós ficamos à mercê dos credores, que nos impuseram suas condições e não tivemos condições de resistir. O Brasil teve que recorrer ao Fundo Monetário nas circunstâncias bem conhecidas. Hoje, isso não ocorre. Temos recursos suficientes e, com as medidas tomadas agora, preservando nossas divisas, fortalecemos a nossa posição para negociar. O que nós não queremos mais são paliativos e soluções provisórias. As medidas atuais, devemos à determinação do governo de criar condições adequadas para que a questão da dívida possa ter um encaminhamento definitivo, uma solução duradoura que resulte em um entendimento amplo e justo, que crie estabilidade.

O papa João Paulo II foi muito claro em falar recentemente desta questão. Ele diz que a questão do endividamento externo é também um problema ético, isto é, um problema moral. O endividamento não pode prejudicar as necessidades básicas da vida de um povo. Negociaremos a partir de uma posição de autonomia e com uma noção clara dos objetivos a longo prazo.

ram no mercado externo, numa tendência que vem invicta. Agora o culpado é o povo brasileiro? Nos últimos 5 anos, o Brasil pagou US\$ 55 bilhões e 800 milhões somente em juros. Repito: nós não podemos pagar a dívida com a fome do povo.

Nas Nações Unidas eu já adverti, há dois anos, num discurso que ali proferi, esmagados sob o peso da dívida externa vivem os países da América Latina. Um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, privação, aumento da miséria e da violência. Mas afirmei: a dívida não nos leva à dúvida; temos certeza de que essa conta com estes altos custos sociais econômicos, a ser mantida a situação atual, é paga pela liberdade, porque um débito pago com a miséria certamente é uma conta que se paga com a democracia.

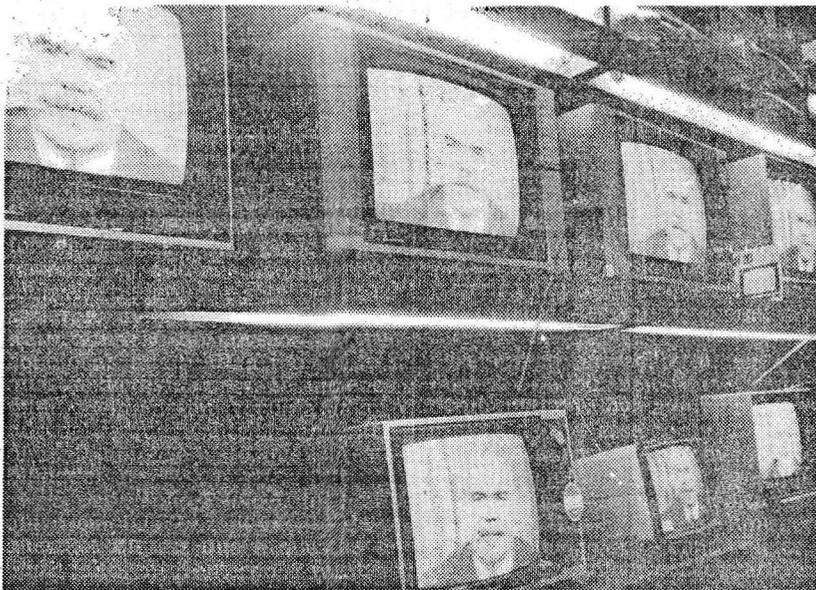
Meditei, avalei conseqüências, porque medidas desta natureza implicam naturalmente em riscos, mas eu não encontro nada, absolutamente nada que estruturalmente mostre que o Brasil tenha um obstáculo insuperável à sua frente. Não temos motivo para temer qualquer catás-

todos têm uma outra pergunta para o presidente. Para o futuro, o primeiro passo é a providência que estou anunciando, de suspensão do pagamento dos juros da dívida, a fim de negociarmos fórmulas que não comprometem o nosso crescimento econômico. Em seguida, teremos que pôr em prática um severo plano de contenção, executar um programa consistente de estabilização da economia, consolidando a manutenção do crescimento e do emprego essenciais.

Fala-se sempre que o governo não contribui com a sua parte. Pois bem. De início, nesta noite, eu afirmo três pontos como início da contribuição do governo. Durante 6 meses, o tesouro só gastará o que arrecadar, as empresas estatais somente farão investimentos com recursos gerados por suas próprias receitas ou recursos já identificados efetivamente disponíveis; vamos proceder a uma revisão global dos subsídios. Para isso, submeterei ao Congresso, imediatamente, um projeto de lei que regulará as condições de sua aplicação, principalmente as correspondentes fontes de receitas. O governo oferece a sua parte. Agora, devo dizer que para o Brasil não sofrer com seu povo, que ele não pode suportar, é preciso a união de todos os brasileiros em torno desta luta para que vençamos juntos essa hora. É hora de patriotismo responsável. Nada de traição ao País, sob o pretexto de criticar o governo que apenas herdou essa dívida do passado e que vai pagá-la sem hipotecar as gerações do futuro.

O Brasil tomou a sua decisão e acredita que tenha apoio unânime de seu povo, que há muito tempo desejava um passo mais firme no terreno da solução da dívida externa. Precisamos sentar à mesa da negociação no Exterior com autoridade de um País soberano e de um governo apoiado pelo seu povo. Segundo: um entendimento nacional para derrotar a inflação, afastar a recessão, manter o nível de emprego para restabelecer a confiança para os investimentos voltarem, e para manter o nível do poder de compra real do nosso trabalhador; enfim, para acabar com o ciclo de mão-de-obra barata que é aviltante para alcançar estas metas tão ambiciosas. É necessário esta medida hoje tomada, inserida dentro do contexto da nossa política econômica. Tem por objetivo também, e principal, melhorar a vida de nosso povo.

Eu convoco os políticos, os trabalhadores, os empresários, o capital e o trabalho, forças vivas na Nação, profissionais liberais, estudantes, igrejas, o povo todo brasileiras e brasileiros, para ajudar o Brasil nesta hora. Hora grave, mas que será superada pelo nosso trabalho, pela nossa dignidade e pela nossa união. Unidos, esta é a palavra de ordem, porque o futuro é nosso. De minha parte, eu peço-vos: tenham confiança! Muito obrigado e que Deus os abençoe. Boa noite.



Rolando de Freitas

“Durante 6 meses o Tesouro só gastará o que arrecadar.”

Agora quero responder a uma pergunta que deve estar na mente de todas as brasileiras e brasileiros: Por que as nossas reservas baixaram? Quando eu assumi o governo, em março de 1985, elas eram de US\$ 7 bilhões e 800 milhões. No ano de 84, o ano anterior à minha assunção à Presidência da República, ingressaram no Brasil US\$ 9 bilhões de dinheiro novo. Pois bem. Em 85 e 86 — os dois anos do meu governo — nenhum dólar líquido. Nesses dois anos, ao contrário, nós tivemos uma saída líquida de US\$ 1 bilhão e 400 milhões. Nossas exportações caíram mais de 10% em 86: cerca de US\$ 3 bilhões e 300 milhões a menos. Por quê? Porque o mercado interno cresceu, importamos alimentos e outros bens necessários ao abastecimento, mas, por outro lado, os preços dos produtos principais e dos manufaturados caí-

trofe. Agora temos que ter a noção do tempo. O Brasil tem que se preparar para o século 21 e, para isso, é necessário um programa coerente e firme.

Tivemos no nosso Plano Cruzado a valorização da produção e do trabalho e o fim da especulação. As coisas nem sempre se processam como a gente deseja, mas temos que continuar procurando esses objetivos com obstinação. Vamos chegar a 28 de fevereiro, não temos agora aquela inflação baixa que todos nós esperávamos. Eu, junto com todo o povo brasileiro, como cidadão e, mais ainda, como presidente da República, que colocou todas as suas energias no sucesso de um programa tão bem elaborado. Temos uma inflação em torno de 60%; mas não teremos os 252% de 85 nem os mais de 500% projetados para 86. Agora eu sei que